



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

POTENCIALIDADE DOS FUNDAMENTOS PARA UMA FORMAÇÃO CRÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL

Janaína Lopes do Nascimento Duarte¹

Resumo

Atualmente convivem vários “modos” de entender a profissão e a sociedade capitalista, podendo interferir na análise da realidade e nas respostas profissionais. O objetivo do texto é revisar o debate crítico dos fundamentos do Serviço Social como estratégia política para o enfrentamento consciente dos desafios para dinâmica formação e exercício profissionais. Nosso caminho metodológico é resultado de revisão bibliográfica e da nossa experiência docente, considerando a articulação entre os núcleos de fundamentação das Diretrizes de 1996. Assim, organizamos o texto em: teses sobre gênese da profissão e concepção de história como processo; significado social e relação com Igreja Católica; projetos profissionais em disputa; considerações finais sobre a potencialidade crítica dos fundamentos.

Palavras Chaves: Serviço Social; Fundamentos; Formação Profissional; Projetos em Disputa.

Potentialities of the foundations to the social worker's critical formation

Abstrat

Nowadays live together several "ways" of understanding the profession and the capitalist society, and these may interfere in the reality analysis and in the professional responses. The objective of this text is to review the critical debate of the Social Work's foundations how a political strategy to the conscient confrontation of the challenges to the dynamic formation and professional exercise. Our methodological method is the result of the bibliographical revision and our experience as a docent, considering the articulation among the centers of studies of the foundation of the Directives of 1996. In this way, we organize the text in: tesis about the origin of the profession and the conception of history as a process; social meaning and relation with the Catholic Church; professional projects in dispute; and final considerations about the critical potentialities of the foundations.

Keywords: Social Work; Foundations; Professional Formation; Projects in Dispute.

Introdução

No capitalismo, os significados e os conteúdos frequentemente são desconsiderados, mistificados e/ou reatualizados, como resultado do contexto de disputas e dos interesses postos na luta de classes. Em tempos de acirrada ofensiva neoconservadora e liberal, uma mesma “embalagem” pode encerrar em si conteúdos distintos e até mesmo contraditórios. No que se refere ao Serviço Social, podemos dizer

¹ Doutora em Serviço Social e Profa Adjunta do Departamento de Serviço Social da UnB. E-mail: <janaduarte@unb.br>. Aproveito para expressar minha plena concordância com a divulgação deste trabalho, em PDF, no site do evento.

que existem ou convivem vários “modos” de entender e analisar a profissão, a sua gênese e o seu significado, em articulação com a complexidade da sociedade capitalista, incorporando conteúdos diversos e comprometendo a elucidação crítica do real e, conseqüentemente, as ações e disputas presentes no interior e fora da profissão.

Assim, o principal objetivo deste texto é revisitar, do ponto de vista sócio histórico e político, o debate crítico sobre os fundamentos e sua potencialidade como estratégia política para o enfrentamento consciente dos desafios atuais para a formação e o exercício profissional no Serviço Social brasileiro. Nosso caminho metodológico é resultado de revisão bibliográfica, bem como da nossa inquietação e experiência como docente², considerando a necessária articulação entre os núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares de 1996 e o debate crítico sobre o tema fundamentos.

Sem o intuito de esgotar o tema, organizamos nossa exposição em: as teses sobre a gênese da profissão, elucidando suas especificidades e culminando com a concepção de história que consolida o debate crítico sobre os fundamentos; o significado social da profissão na era monopólica e sua relação com a Igreja Católica; os projetos profissionais e suas disputas; e considerações finais sobre a potencialidade crítica dos fundamentos.

1. Teses sobre a gênese da profissão: diferentes perspectivas e contradições presentes

No final dos anos 1980 se intensifica o debate crítico sobre a gênese do Serviço Social e seu significado na sociedade capitalista. Montaño (2007) analisa a discussão sobre a gênese da profissão distinguindo duas teses, opostas e excludentes, cuja “distinção [...] tem conexões diretas nas formas de compreender a legitimação desta profissão [...]” (idem, p. 13), gerando equívocos de compreensão e interpretação da realidade e disputas no interior do Serviço Social, o que pode repercutir na apreensão do seu significado social, nas respostas profissionais e na direção social da profissão.

De acordo com Montaño (2007), tais perspectivas distintas se localizam em contextos diferentes: a primeira tese vincula-se ao período até a reconceituação, sendo articulada a concepções tradicionais e confusões oriundas do processo de reconceituação

² Nossa motivação emerge da experiência como docente na graduação em Serviço Social de uma instituição de ensino superior pública, lecionando por 10 anos disciplinas como estágio supervisionado em Serviço Social, FHTM 2 e 3, processos de trabalho em Serviço Social 2, etc. e orientando alguns TCC na área dos fundamentos, nos quais temos identificado fragilidades no processo de formação dos/as discentes no que se refere à apreensão e incorporação crítica do debate sobre os fundamentos.

latino-americana; e a segunda tese ganha fôlego a partir de 1980, marcada por fundamentos da tradição marxista³, sendo dominante em território brasileiro.

A primeira tese se constitui como *Perspectiva Endogenista*, no qual situa a “origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na Questão Social” (idem, p. 19). Portanto, localiza o Serviço Social a partir dele e nele mesmo, sem relação com o contexto sócio histórico e a dinâmica da luta de classes no capitalismo monopolista, caracterizando-se como uma perspectiva evolucionista ou apenas historiográfica da profissão.

[...] a constituição da profissão seria a resultante de um processo acumulativo, cujo ponto de arranque estaria na organização da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já organizadas, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das *protoformas do Serviço Social*⁴ a este enquanto profissão, o evolver como que desenharia um *continuum* (NETTO, 2005, p. 69)

Dentre os autores⁵ desta tese, Montaño (2007) ressalta duas distinções que, ao mesmo tempo, geram certa confusão e que contribuem para seu espraiamento e manutenção na atualidade, tanto na formação como no exercício profissional, conseguindo estimular a “convivência pacífica” (e tensa) com a outra perspectiva mais crítica: 1) co-participam desta perspectiva autores localizados no Serviço Social Tradicional⁶ e outros vinculados ao Movimento de Reconceituação que criticam o conservadorismo do Serviço Social, mas que não rompem completamente com o

³ A “tradição marxista” incorpora variados autores e vertentes, mas que se situam em um mesmo eixo de análise que é a busca do conhecimento crítico da estrutura e da dinâmica capitalistas; distinguindo-se da obra marxiana que se refere exclusivamente à produção direta de Marx (ainda que em parceria com Engels).

⁴ Netto (2005) considera *protoformas do Serviço Social* todas as práticas voltadas para a organização e profissionalização da filantropia, anteriores ao estabelecimento das condições sócio históricas para a incorporação do Serviço Social pelo mercado de trabalho, principalmente pelas instituições estatais, com a requisição para atuar no campo das políticas sociais no contexto do capitalismo monopolista.

⁵ Aqui Montaño (2007) elucida como autores expressivos: Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisman, Boris Alexis Lima (remota o Serviço Social à Idade Média), Ana Augusta de Almeida, Juan Barreix, Boris Alexis Lima, Noberto Alayón, José Lucena Dantas (também localiza o Serviço Social na Idade Média), Balbina Ottoni Vieira (embora o Serviço Social só tenha sido reconhecido no século XX, a autora indica sua gênese na ajuda ao próximo, com a origem da humanidade), García Salord, etc.

⁶ Conforme Netto (1981, nota 3, p. 59-60), “Serviço Social *Clássico* denota o exercício profissional como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo as fontes do Serviço Social, sendo Mary Richmond o exemplo mais típico. Por Serviço Social *Tradicional* deve entender-se a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada que os agentes realizavam e realizam efetivamente na América Latina”.

endogenismo; e 2) a distinção dos autores quanto aos antecedentes do Serviço Social, como “qualquer forma anterior de ajuda” (idem, p. 20), retroagindo à Idade Média ou até a origem da história humana, ou como “formas de ajuda, organizadas e vinculadas à questão social” (idem).

Os autores endogenistas comungam de uma mesma concepção de história evolucionista, linear, fragmentada, fundada a partir de modelos e etapas, sem conexão com a dinâmica societária, como se a gênese e o desenvolvimento do Serviço Social se explicasse a partir do seu interno desenvolvimento: “têm, por isso, uma perspectiva endógena, onde o tratamento teórico confere ao Serviço Social uma autonomia histórica com respeito à sociedade, às classes e às lutas de classes” (MONTAÑO, 2007, p. 27).

Esta tese também demarca uma “visão particularista ou focalista”, na qual ratifica o surgimento da profissão como uma opção particular ou pessoal daqueles vinculados à organização e profissionalização da filantropia, ainda que com o suporte da Igreja ou do Estado, sendo seus protagonistas “sempre pessoas singulares, nomes, em definitivo, individualidades” (idem, p. 27). Constituindo-se a partir da seguinte “receita”:

[...] separa-se o Serviço Social da sociedade e autonomiza-se o primeiro; definem-se etapas para um e outro (para a história da profissão e para a história social); vincula-se cronologicamente as etapas de um (Serviço Social) às da outra (sociedade), sendo estas últimas os marcos onde se situam as primeiras (mesmo que não numa relação de determinação), e *voilà*: obtêm-se a “história do Serviço Social” (MONTAÑO, 2007, p. 28).

Em direção radicalmente oposta, a *Perspectiva Histórico Crítica*⁷ defende que o surgimento do Serviço Social está diretamente relacionado aos fundamentos da sociedade capitalista, entendendo o/a Assistente Social como um/a profissional que desempenha um papel político, cuja função social se vincula a sua posição na divisão sócio técnica do trabalho no capitalismo; ou seja, localiza o Serviço Social na história. Assim, o Serviço Social é apreendido como “produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica” (MONTAÑO, 2007, p. 30), no contexto monopolista, com o Estado como aliado no enfrentamento da questão social.

⁷ Como principais autores desta perspectiva, sustentada de forma distinta por eles, Montaña (2007) destaca: Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, dentre outros.

A concepção de história que sustenta esta perspectiva é fundada por Marx e Engels (2009) e segue uma lógica distinta que rompe com a concepção evolutiva e etapista da história e centra-se na relação orgânica ou autoimplicada entre homem e natureza, apontando a centralidade do homem e do trabalho humano. Neste sentido, três características se (im)põem como essenciais nesta concepção de história:

- 1) *Materialista*, no qual o primeiro pressuposto da história é a existência de seres humanos reais que buscam suprir suas necessidades em relação direta com a natureza: “O primeiro fato a constatar é, portanto, a organização corpórea desses *indivíduos e a relação* por isso existente com o *resto da natureza*” (MARX; ENGELS, 2009, p. 24, grifos nossos);
- 2) *Dialética*, uma vez que a história se constrói de forma processual, captando a historicidade e o movimento do real, sendo produto do longo processo histórico do homem em coletividade; logo, caracteriza-se por momentos de ruptura e continuidade. Para Ianni (1988, p. 33) a “análise dialética apanha a articulação presente-passado-presente de uma forma singular”, captando seu movimento, suas relações e contradições.

A historicidade do regime capitalista não é aquela que aparece na sucessão temporal ou cronológica, dos acontecimentos, relações, processos ou estruturas. Na análise dialética, a historicidade do objeto é dada pelo jogo dos antagonismos produzidos nos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção. A partir daí manifestam-se as contradições que constituem as relações, os processos e as estruturas de apropriação (econômicas) e dominação (políticas) (IANNI, 1988, p. 33)

- 3) *Trabalho*⁸ humano, o qual vai determinar o grau de rupturas e continuidades, e o nível de consciência do homem: “*Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são*. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem” (MARX; ENGELS, 2009, p. 24, grifos nossos). Então, “aquilo que os *indivíduos são depende das condições materiais da sua produção* (idem).

Desta forma, a perspectiva histórico crítica localiza a profissão no processo histórico, a partir de sujeitos coletivos, integrantes de classes sociais, em determinados contextos históricos. Portanto, busca entender o Serviço Social na história, cujas contradições e tensões de classes determinariam sua gênese e significado na sociedade burguesa, pois, conforme Ianni (1988, p. 38): “A história não é nem unilinear nem

⁸ A partir da teoria social crítica, compreendemos trabalho como categoria fundante do ser social que media a relação homem natureza, segundo a articulação teleologia e causalidade para fins de objetivação de necessidades e interesses humanos.

evolutiva; e muito menos cronológica. [...] a historicidade do capitalismo é dada pelo caráter essencialmente antagônico das suas categorias”.

2. Significado social da profissão na era monopólica e relação com a Igreja Católica

Como expressão pioneira da perspectiva histórico crítica, Iamamoto (1996) analisa que, para captar o significado social do Serviço Social na sociedade capitalista, “é necessário situá-lo como *um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes* e do relacionamento contraditório entre elas” (idem, p. 71, grifos nossos). Isto porque o mesmo movimento que engendra as condições para a reprodução da sociedade de classes também cria e recria conflitos resultantes desta relação entre capital e trabalho; constituindo-se como um processo em permanente movimento.

O Serviço Social necessariamente participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração que atendem aos interesses do capital, como das respostas às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, reproduzindo interesses opostos que convivem em tensão. Aqui reside parte dos equívocos (por parte dos sujeitos estudantes e profissionais) na apreensão do significado da profissão, pois não se trata de uma dicotomia (as classes só existem em relação) e sim de uma constatação real que envolve a complexidade do processo de reprodução das relações sociais no capitalismo, constituindo-se como parte dos limites estruturais (não obstáculo) do exercício profissional, ao mesmo tempo, que permite a construção concreta de estratégias, já que a partir das contradições se põe um conjunto de possibilidades.

Conforme a perspectiva histórico crítica, o debate sobre a gênese do Serviço Social está situado no final do século XIX, no contexto europeu, e no início do século XX, no contexto latino americano. Apesar das particularidades nos países, compartilhamos com Netto (2005) que a emergência da profissão está vinculada ao tratamento dado à questão social em um momento de complexificação da sociedade capitalista e dos seus desdobramentos: o capitalismo monopolista.

A era monopólica do capital altera substantivamente a dinâmica da sociedade burguesa, pois “o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...]” (NETTO, 2005, p. 19). Na verdade, potencializa contradições e antagonismos, amplifica o abismo entre o processo de

socialização da produção e a apropriação privada dos resultados do trabalho social, internacionaliza-se a produção que passa a ser controlada por grupos de monopólios, acima de povos e Estados, bem como da miséria do trabalhador, intensificando a desigualdade social. Assim, o capital em sua fase monopólica “demanda mecanismos de intervenção extra econômicos” (NETTO, 2005, 24), no qual o Estado é um importante aliado. Neste campo complexo e contraditório, atravessado por tensões e conflitos, e pautado por projetos de classe, que o Serviço Social ganha significado e relevância, assumindo condições objetivas para a sua gênese como profissão.

[...] não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, independentemente das protoformas, de um espaço determinado na divisão social e técnica do trabalho (NETTO, 2005, p. 73).

No entanto, também podemos dizer que a gênese da profissão no Brasil é resultado da confluência de interesses entre o Estado burguês, a Igreja Católica e a burguesia em torno de um projeto societário comum e em tensão/oposição com os interesses da classe trabalhadora que se organizava naquela época. Segundo Ortiz (2010), este momento histórico, permitiu que:

[...] setores dominantes da sociedade, Estado e Igreja, se juntassem em prol de um projeto comum – o *projeto reformista-conservador*, cujos objetivos eram: modernizar o Brasil, capacitando-o para ingressar definitivamente no circuito capitalista internacional; e, conter e/ou esvaziar a mobilização e a organização política da classe trabalhadora (idem, p. 116, grifos nossos).

Em razão da conjuntura política e social brasileira do início do século XX, com a perda de poder da Igreja perante seus “fiéis”, tensões com o Estado e intensa mobilização da classe trabalhadora, a Igreja, segundo Iamamoto (1997, p. 18), “procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade”. Este movimento da chamada Ação Católica é concretizado por meio de uma “vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão [...]” (idem), coincidindo com

o contexto que motiva o Estado e a classe dominante a reagirem diante das sequelas da questão social, intensificadas com o processo de industrialização e urbanização no Brasil.

Assim, a Igreja Católica, partilhando do mesmo projeto reformista-conservador, tem particular importância na estruturação dos primeiros quadros de Assistentes Sociais brasileiros, fornecendo suporte teórico-doutrinário e contribuindo com iniciativas de organização de cursos de formação.

Na verdade, por mais que seus agentes profissionais estivessem motivados por razões inicialmente filantrópicas e/ou religiosas, o mais importante para o capital era o resultado estratégico alcançado a partir de respostas profissionais que atendiam aos interesses burgueses: o ajuste e a mudança de comportamento dos trabalhadores para atender aos interesses capitalistas de manutenção da hegemonia e expansão dos lucros.

[...] não se trata de um movimento de mão única, pois exatamente *por possuí-los em suas protoformas e estar sobre eles fundada*, tornou-se área passível de investimento institucional e político burguês, com o apoio da Igreja Católica. Sem contar que muitos traziam de suas trajetórias pessoais e de classe, elementos constituintes deste *ethos* profissional (ORTIZ, 2010, p. 117).

A continuidade de algumas características entre estas práticas e as atividades do/a Assistente Social “é visível a adequação da profissão ao projeto reformista-conservador, cujos traços conservadores mesclam princípios positivistas e cristãos” (ORTIZ, 2010, p. 126). A presença da Igreja, tanto nas ações filantrópicas como na organização das primeiras escolas, engendra a falsa identificação do Serviço Social com as formas de caridade e filantropia, gerando equívocos na formação e no exercício profissionais.

Porém, de acordo com Netto (2005), há uma relação decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão: uma continuidade que coexiste com uma ruptura entre o Serviço Social e as formas filantrópicas e assistenciais desenvolvidas na sociedade burguesa. A ruptura é estabelecida quando os profissionais passam a ser requisitados por um conjunto de instituições, assumindo um significado social (im)posto como estratégia objetiva da ordem monopólica, atrelada aos interesses burgueses, com suporte estatal; o que extrapola a intencionalidade dos sujeitos profissionais. Portanto, o rompimento do Serviço Social com suas protoformas se estabelece a partir da instauração de um mercado de trabalho, passando a ser contratados/as como trabalhadores/as assalariados/as.

3. Projetos profissionais em disputa

Diante do exposto, é fundamental ratificar: o Serviço Social e o conhecimento que o ilumina, só se explicam a partir do movimento histórico da sociedade capitalista, como produto de relações sociais localizadas no complexo processo de reprodução social da vida (YAZBEK, 2009, p. 144). Portanto, falar sobre fundamentos significa tratar sobre o processo por meio do qual o Serviço Social busca explicar e intervir na realidade social e, no qual, define sua direção política e estratégica na atualidade, e deriva das transformações sociais, oriundas do desenvolvimento capitalista em suas diferentes fases. Por isso, é relevante recuperar os projetos profissionais hegemônicos, em articulação com o processo sócio histórico e a trajetória da profissão, em especial em solo brasileiro.

Na trajetória sócio histórica do Serviço Social, identificamos um *projeto tradicional/ conservador* de profissão presente no momento da sua gênese. Segundo Cardoso (2016, p. 436), o pensamento conservador “propõe a retomada do passado como orientador do presente, presente este que perde seu valor perante o passado, pois esse seria a fonte de todo o conhecimento”, sendo que este conhecimento se originaria “apenas da experiência, da tradição, da vivência e do sentimento” (idem), valorizando a autoridade, a hierarquia, a ordem, a repressão e a disciplina, e negando a razão, a democracia, a liberdade, a igualdade (CARDOSO, 2016).

Tal projeto profissional se expressa no contexto de expansão do capitalismo monopolista e emergência do Serviço Social, entre os anos 1930 (1936, com a 1ª escola em São Paulo) até meados dos anos 1940, não só no Brasil, mas também na América Latina, e tomava como referência o pensamento conservador da Igreja Católica. Aqui, a formação e o exercício profissional estavam condicionados a orientações moralizadoras, cuja “compreensão da realidade estava voltada para a normalidade, disfunções, perturbações e patologias as quais os indivíduos estavam sujeitos” (idem, p. 438) e a intervenção profissional direcionada para a “cura, o ajustamento e a adequação às normas sociais e aos padrões de normalidade instituídos, corrigindo todos e quaisquer desníveis e disfunções, tendo por base os princípios cristãos na moralização da sociedade” (idem).

A partir dos anos 1940, o conservadorismo católico começa a “ser tecnificado” ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista, focada na aparência dos fatos, no âmbito da experimentação e da fragmentação, não apontando para mudanças, somente as permitidas dentro da ordem vigente. Em sua versão funcionalista, esta

perspectiva é absorvida pelo Serviço Social quando passa a direcionar sua intervenção para propostas de trabalho ajustadoras e de perfil manipulatório, com crescente tecnificação e burocratização de ações (CARDOSO, 2016; YAZBEK, 2009).

Nos anos 1960 e 1970, inicia-se um processo de afastamento da Igreja Católica a partir da laicização do Serviço Social e da sua entrada nas universidades brasileiras⁹, promovendo novos questionamentos sobre a profissão e a realidade. Um novo processo de revisão da profissão ganha fôlego, culminando com o movimento de renovação do Serviço Social, nos quais adquire contornos específicos com o Movimento de Reconceituação¹⁰.

Conforme Netto (1998), o movimento de renovação da profissão foi marcado por diferentes projetos profissionais que, diante das condições objetivas do período, apresentavam distintas formas de compreender e agir da profissão, a partir de três vertentes principais: a) *modernizadora*, a partir da aproximação com o positivismo e a ideologia desenvolvimentista, defendida no contexto da ditadura, no qual o fazer técnico era supervalorizado; b) *reatualização do conservadorismo*, de inspiração fenomenológica (focada no indivíduo, nas suas vivências e sentimentos); e c) *intenção de ruptura* com o conservadorismo, sob o suporte da tradição marxista, especialmente a partir de finais dos anos 1970, especialmente com o Congresso da Virada, em 1979.

É importante destacar que o movimento de renovação da profissão, a partir dos anos 1960 especialmente com a perspectiva modernizadora, não rompe imediatamente com o projeto conservador no Serviço Social¹¹, mas começa a perder a hegemonia no início dos anos 1980. Esta década revela um novo horizonte para a dinâmica formação e exercício profissional, como resultado do movimento de renovação a partir da vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo, pois o Serviço Social se aproxima da teoria

⁹ Em 1972 foi criado o primeiro curso de pós-graduação *strito sensu* no Brasil, com o mestrado em Serviço Social na PUC de São Paulo.

¹⁰ É preciso esclarecer que o Movimento de Renovação se constitui como fenômeno internacional mais amplo, verificável, de maneira diversa, em quase todos os países nos quais o Serviço Social estava consolidado enquanto profissão; já o Movimento de Reconceituação é parte deste processo, sendo viabilizado na América Latina, sobre o protagonismo do Brasil e de outros países como Chile e Argentina, entre o período de 1965 e 1975 (NETTO, 1998).

¹¹ “[...] durante quase cinco décadas a formação acadêmico profissional esteve vinculada ao pensamento social da Igreja Católica em sua perspectiva conservadora e a busca de consolidação do Serviço Social como profissão, entendendo a necessidade da criação de metodologias próprias de atuação na procura de bases científicas e técnicas para o seu desenvolvimento com suporte da teoria positivista, consolidando um arranjo teórico doutrinário. Tal projeto político pedagógico marcou a profissão e o trabalho profissional, construindo uma identidade profissional atrelada à caridade, ao assistencialismo e ao paternalismo” (CARDOSO, 2016, p. 443).

social de Marx (ainda que com limitações e dificuldades), contribuindo para uma apreensão dialética da realidade em seu movimento contraditório, e da profissão nela inserida. A partir daqui o Serviço Social passa a construir novos referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativo que redimensionam a formação e o exercício profissionais, conectado as condições objetivas da conjuntura de abertura política, de luta pela redemocratização do país e organização dos movimentos da classe trabalhadora, nos quais os/as assistentes sociais se inserem enquanto sujeitos.

Neste contexto, a lógica e dinâmica da ruptura vai ganhando hegemonia no interior da profissão, por meio da reorganização das suas entidades como a ABESS, que organiza na categoria um processo amplo de revisão curricular, gerando o Currículo de 1982 como expressão de um processo de transição da profissão, como parte da resistência à ditadura, naquele contexto.

No entanto, ao mesmo tempo em que o currículo mínimo de 1982 apresenta avanços importantes, “ampliando a ideia da intervenção para além do saber fazer, na afirmação da necessária unidade teoria e prática” (CARDOSO, 2016, p. 449), também apresenta limitações, uma delas é a fragmentação da realidade e da profissão nela. Um exemplo disto é a fragmentação entre as disciplinas teoria, metodologia e história do Serviço Social, provocando a necessidade de outra revisão curricular.

[...] o debate dos fundamentos encontra sua gênese na necessidade de superar a tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos 1980, que por sua vez logrou a superação da visão tradicional do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade e consagrou a nova direção social assumida pela categoria explicitada nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. É a busca em ultrapassar a fragmentação posta pela tricotomia que *inaugura o debate dos fundamentos* históricos e teórico-metodológicos no Serviço Social (GUERRA, 2018, p. 27).

Neste sentido, são aprovadas, em convenção da ABEPSS, as Novas Diretrizes Curriculares de 1996, após amplo debate na categoria profissional, com continuidades e rupturas com o currículo anterior de 1982, mas buscando superar suas fragmentações, especialmente a partir da nova lógica curricular, pautada nos *núcleos de fundamentação*¹²

¹² Conforme as Diretrizes Curriculares de 1996, são três os núcleos de fundamentação: da vida social (conhecimento do ser social); da formação sócio histórica da sociedade brasileira (conhecimento das particularidades históricas da formação e desenvolvimento capitalista no Brasil); do trabalho profissional (trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, apresentando as disciplinas de FHTM; componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social; o estágio supervisionado) (ABEPSS, 1996).

que articulados expressam uma nova perspectiva política e teórica para a profissão, fundada: na totalidade; na centralidade do trabalho; na identificação do homem enquanto ser social; na questão social como objeto de intervenção (e no conseqüente reconhecimento da relação capital e trabalho); realidade como contraditória, em movimento e dialética; pesquisa e ética como pressupostos básicos (ABEPSS, 1996).

Tais núcleos englobam um conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que buscam a formação de determinado perfil profissional – generalista e crítico, na direção da articulação entre formação e exercício profissional e na construção e fortalecimento de um novo projeto profissional que expressasse melhor a complexidade da sociedade capitalista e da sua articulação com o Serviço Social: é o *Projeto Ético-Político Profissional*.

Tal projeto ganha corpo a partir dos anos 1990, iniciando o processo de consolidação da ruptura com o conservadorismo, fortalecendo uma nova forma de pensar e agir no Serviço Social. No entanto, em razão da crise estrutural do capital, a partir dos anos 1970, com desdobramentos graves para o Brasil somente a partir dos anos 1990, ocorre o processo conhecido como ofensiva neoliberal, com regressão dos direitos sociais, apelo à filantropização, precarização, focalização e seletividade das políticas sociais; associado a metamorfoses no processo de produção e nas relações de trabalho, acarretando novos e sensíveis desafios para o conjunto formação e exercício profissional.

Entretanto, é relevante destacar que processos de continuidade e ruptura se articulam e permitem a convivência entre projetos profissionais distintos e até mesmo antagônicos. Tensões e ambigüidades estão presentes na profissão, uma vez que nosso projeto ético-político profissional não é exclusivo, ou seja, convive com outros projetos profissionais bem mais conservadores, sem contar que nosso projeto caminha na direção contrária à da atualidade, pois defendemos direitos e um conjunto de valores humano-genéricos que se contrapõem aos interesses burgueses da fase atual do capitalismo (DUARTE, 2017). Neste sentido, defendemos a potencialidade dos fundamentos como estratégia teórico metodológica e ético política de luta e resistência aos tempos atuais, constituindo-se como chave essencial na disputa de projetos societários e de profissão.

Considerações finais: a potencialidade dos fundamentos

As condições objetivas da sociedade contemporânea de crise estrutural do capital, aliada aos seus desdobramentos voltados para a destruição do trabalho e da vida, ao modelo de educação superior pautado em critérios mercantis, somam-se às disputas que incidem sobre o conjunto formação e exercício profissional. Para a formação, Guerra (2018, p. 26) analisa que na contemporaneidade há a “presença e a permanência da racionalidade hegemônica (formal abstrata¹³, de extração positivista) no trato dos fundamentos”, seja no ensino, na pesquisa, na intervenção que não permite que assistentes sociais enfrentem os desafios nos espaços de trabalho, “reproduzindo as orientações técnicas e jurídico formais da política e dos serviços sociais em que atuam” (idem).

No cotidiano da formação profissional, particularmente na graduação, emergem distinções teóricas e políticas que apresentam diferenças, especialmente quanto à explícita concepção de Serviço Social, seus objetivos, atribuições e competências profissionais e políticas e respostas às velhas e novas demandas. Como questiona Guerra (2018, p. 28), afinal “de que Serviço Social estamos falando”?

O debate sobre os fundamentos do Serviço Social, a partir da perspectiva de que a história se constitui pelas contradições e em processo, pode dar movimento e significado aos conteúdos dos núcleos de fundamentação, contribuindo para formação de profissionais críticos, com um consistente perfil teórico político, capacitados a construir respostas alternativas ao mercado de trabalho e às requisições institucionais. Diante disto, é necessária:

[...] uma sólida formação centrada em uma fundamentação teórico-metodológica capaz de interpretar a realidade na qual intervêm, que sejam capazes de desvelar as particularidades da profissão sem incorrer no endogenismo, que, em verdade, é apenas um modo de se apropriar da profissão encerrando a análise do Serviço Social em si mesmo (GUERRA, 2018, p.29).

Para tanto é a teoria social de Marx a mais qualificada para possibilitar as mediações necessárias para: orientar de fato a revelação do real, das suas contradições, interpretando o trabalho como fundante do ser social e a história como processo de produção e reprodução da vida material e espiritual; e atribuir densidade histórica a esta

¹³ Conforme Guerra (2018), três tendências aparecem no processo de formação: o *teoricismo* (o formalismo da teoria, sua supremacia), o *metodologismo* (que reivindica modelos para a intervenção ou mesmo caracteriza como método um conjunto de procedimentos operativos) e a *história tratada de forma evolutiva, linear e cronológica*. Tais tendências fazem parte do “mesmo processo de apreensão do real a partir de fundamentos antiontológicos” (idem, p. 31) e encontram-se impregnados da racionalidade formal abstrata.

profissão, as suas requisições sócio ocupacionais, as suas ações profissionais, fornecendo a munição imprescindível para a construção de respostas profissionais criativas e críticas e o estímulo a uma postura investigativa que faça permanentemente a crítica ao cotidiano. Como alerta Guerra (2018, p. 40, grifos nossos):

Temos que definir, como objetivo precípua da formação profissional, a criação de condições para que os futuros profissionais possam operar com o *mesmo nível de criticidade* com que analisam os fundamentos da sociedade burguesa, que e tem que ser interpretada em todas as suas determinações e contradições.

Problematizar a compreensão sobre a lógica das diretrizes curriculares de 1996, sobre o que são os fundamentos, sobre a necessária relação dialética entre os núcleos de fundamentação e possíveis dificuldades na formação profissional nos parece que são tarefas importantes em tempos de tanta regressão de direitos sociais, especialmente quanto à educação superior. Na verdade, constituem-se como tarefas estratégicas para: a *reafirmção* do projeto ético-político profissional e da sua direção social e política, em oposição ao projeto conservador que ainda insiste em assombrar a profissão; a *resistência* ao desmonte das políticas sociais, à retirada de direitos sociais, à precarização do trabalho em sua totalidade; e o *fortalecimento* da dinâmica formação profissional e exercício profissional, à luz das diretrizes de 1996.

Referências

ABEPSS. *Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social* (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Brasília, DF, 1996.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social e Sociedad*, São Paulo: Cortez, n. 127, p. 430-455, 2016.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o Projeto Ético-Político Profissional: fundamentos, construção e desafios. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 176-200, 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/30382>>.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. [et. al.]. *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 25-46.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Proposta de interpretação histórico-metodológica (Parte I). In: IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 11. ed.. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1996.

IANNI, Octávio. *Dialética e capitalismo: ensaios sobre o pensamento de Marx*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONTAÑO, C. *A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-1964*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A Crítica Conservadora à Reconceptualização. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, 1981, n. 5, p. 59-75.

ORTIZ, F. G. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-Papers/FAPERJ, 2010.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: ABEPSS; CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 143-164.